

RESOLUÇÃO

HÁ ALTERNATIVAS, É PRECISO LUTAR PARA MUDAR!

É preciso promover uma política de desenvolvimento do país

A CGTP-IN considera imperioso mudar o rumo do país para travar uma situação de maior declínio económico e uma crise social ainda mais grave. Esta opção é tanto mais necessária quanto as políticas que o Governo PS/Sócrates, com apoio expresso ou implícito dos partidos de direita e do Presidente da República, se propõe aplicar vão no sentido de reforçar as mesmas orientações e medidas que conduziram ao debilitamento da estrutura produtiva, ao aumento do desemprego e ao acentuar das clivagens e desigualdades sociais.

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC) privilegia de novo o saneamento das contas públicas, à custa do desenvolvimento e da necessária resposta aos problemas sociais. As suas opções e orientações de fundo caracterizam-se pela imposição de sacrifícios a trabalhadores e trabalhadoras, a pensionistas e aos grupos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis; pelo debilitamento do sector público produtivo, por via, sobretudo, de privatizações que retiram ao Estado um importante instrumento para o desenvolvimento e pela ausência de uma estratégia de desenvolvimento.

Para a CGTP-IN, o PEC representa quatro grandes riscos: o agravamento da situação económica; a desarticulação de serviços do Estado; o aumento das desigualdades e a acentuação do endividamento do país. Por isso, considera ser vital mudar de políticas.

Risco de descalabro económico

O PEC representa um sério perigo para a economia, já que acresce a uma situação que claramente evidenciava fraquezas estruturais: tendência de estagnação do crescimento e do afastamento do nível de vida, face à média europeia; aumento do desemprego; elevado défice da balança comercial que reflecte as dificuldades em aumentar exportações e em substituir importações; fraca capacidade de atracção de investimento directo estrangeiro e vulnerabilidade a deslocalizações; séria incapacidade de captação de receitas públicas, devido à extensão da economia clandestina e à fraude e evasão fiscais. Fazer, nestas circunstâncias, uma política cega de alegada consolidação orçamental pode conduzir ao desastre: o Estado fica sem meios para apoiar a economia, a procura interna definha e o desemprego agrava-se, pondo em causa a sustentabilidade da Segurança Social.

Menos de uma semana decorrida após a aprovação na Assembleia da República de uma resolução de apoio ao PEC, com o voto favorável do PS e a abstenção do PSD, o Banco de Portugal revê em baixa as previsões de crescimento; afirma que a perspectiva da subida das taxas de juro e as medidas do Orçamento de Estado para 2010 e do PEC condicionam a situação económica; aponta uma queda do rendimento disponível real; prevê a diminuição da procura interna; admite que a destruição líquida de emprego se mantenha este ano, o que significa um novo agravamento do desemprego.

Risco de desarticulação de serviços do Estado

As medidas previstas quer no PEC quer no Orçamento de Estado para 2010 podem conduzir a forte desarticulação de serviços do Estado. O Orçamento de Estado alterou de novo as regras relativas às aposentações dos trabalhadores, o que veio instabilizar ainda mais as relações de trabalho na Administração Pública. Por sua vez, o PEC pretende reforçar as regras de condicionamento da contratação de trabalhadores, face à saída de outros, sob cerrado controle político do Ministério das Finanças. As consequências estão à vista: há uma onda de saída de trabalhadores do Estado, que acresce aos 73 mil que saíram entre 2005 e 2009, incluindo trabalhadores de elevada qualificação.

Há serviços que estão em risco de ruptura, face à saída destes trabalhadores e às restrições que se sabe que o Ministério das Finanças está a fazer. Impera em tudo isto uma lógica cega de pretensa racionalidade, que, sendo meramente financeira e acompanhada da governamentalização, do clientelismo e da externalização de serviços e de funções sociais do Estado, gerará custos que se irão pagar caro no futuro e que terão implicações muito negativas na qualidade dos serviços prestados, bem como na prestação de direitos sociais fundamentais, designadamente, em áreas muito sensíveis como a Saúde, o Ensino, a Justiça, a Fiscalidade, a Segurança Social.

Desigualdades gritantes

Estão cada vez mais presentes clivagens e desigualdades gritantes na sociedade, que atingem mais violentamente grupos sociais mais fragilizados. O desemprego em crescimento, afectando profundamente os jovens, e também muitos menos jovens; um elevado número de trabalhadores e imensas trabalhadoras ganham pouco mais do que o Salário Mínimo Nacional; mais de um em cada quatro assalariados tem contratos precários (a juventude está prisioneira da precariedade) e as precariedades no trabalho proliferam, mesmo para muitos trabalhadores com contratos permanentes, quer no sector privado, quer na Administração Pública; muitos dos trabalhadores vêm questionados os seus direitos, enquanto aumenta a chantagem patronal para fazer proliferar a caducidade dos contratos colectivos; uma parte significativa dos reformados tem baixas pensões; a pobreza apresenta níveis muito elevados; existem múltiplos sinais de novas e mais graves dificuldades, em resultado da situação delicada que uma parte das famílias está a passar.

Este Portugal contrasta com a situação dos detentores do grande capital, com os lucros colossais de grupos económicos e financeiros, com a retoma em força das actividades especulativas e uma atitude arrogante e gananciosa dos seus grandes accionistas, com a desmesura de remunerações recebidas por dirigentes e por executivos de empresas, incluindo do sector público; com a exportação de capitais para paraísos fiscais; com a ostentação de riqueza; com a fuga ao pagamento de impostos pelo patronato e por uma fracção dos profissionais liberais; com as múltiplas benesses, mordomias, compadrios e injustificados privilégios, que se mantêm para sectores privilegiados da sociedade; com as diversas formas de enriquecimento ilícito e com a corrupção em larga escala.

Na origem do agravamento do défice público está uma crise com epicentro no sector financeiro, a qual se propagou à economia real e conduziu, por via do agravamento do desemprego e da fuga e evasão fiscais, a uma forte quebra de receitas fiscais. Os sacrifícios que são impostos aos trabalhadores e à população contrastam com a “generosidade” dos apoios dados ao sector financeiro e às empresas, sem exigências de contrapartidas adequadas.

O PEC, a concretizar-se como delineado, irá acentuar as desigualdades. Os seus alvos são os trabalhadores, a quem se pretende congelar ou reduzir o poder de compra dos salários; os desempregados, a quem se pretende fazer baixar o subsídio de desemprego e obrigar a aceitar postos de trabalho pior remunerados; a população pobre que vive com o rendimento social de inserção ou com outras prestações sociais não contributivas; os pensionistas. O PEC agrava a carga fiscal dos que já pagam impostos, mas deixa incólumes os que fogem impunemente ao dever fiscal; e mantém uma

situação caracterizada pela injustiça fiscal, sendo insuficientes as medidas no sentido da correcção, como a tributação das mais valias mobiliárias.

É preciso mudar de políticas. O País tem futuro dando prioridade aos trabalhadores e ao povo.

A CGTP-IN defende políticas que respondam aos problemas sociais, às necessidades das pessoas, ao desenvolvimento da sociedade.

O PEC não tinha, nem tem de ser este. Um programa para dar resposta efectiva aos problemas com que o país se depara pode e deve ser diferente, mais equilibrado, mais justo socialmente. Deve conciliar medidas de saneamento financeiro com a necessidade de desenvolvimento do país; defender e promover o emprego com direitos; efectuar uma repartição socialmente justa, de custos e de distribuição da riqueza, abrindo caminho a uma política de redução de desigualdades.

Por isso, a CGTP-IN não se limita a criticar o PEC. Apresenta propostas concretas que passam pela adopção de medidas dirigidas ao desenvolvimento do país, por cortes em despesas desnecessárias e pelo aumento das receitas do Estado. A resolução dos problemas com que os trabalhadores e o povo português se debatem não se encontra na aplicação das grandes receitas do PEC, mas sim na concretização das propostas que avançamos. O PEC é, neste momento, um conjunto de orientações que podem ser alteradas pela mobilização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras, reivindicando:

- O alargamento do prazo de redução do défice público para além de 2013, de forma a não ser posto em causa o crescimento e o desenvolvimento, os quais constituem as formas mais eficazes de reduzir a despesa do Estado (através da diminuição do desemprego) e aumentar as suas receitas (com o relançar da actividade económica, aumentam as receitas fiscais);
- O termo da actual situação em que os Estados são obrigados a financiar-se nos mercados privados para fazerem face às suas dívidas, com taxas de juro crescentes, enquanto as entidades financeiras a que recorrem os Estados são refinanciadas pelo BCE, a taxas de juro praticamente nulas;
- A dinamização do sector produtivo e a reindustrialização do país;
- O Combate à economia paralela, que representa hoje um valor superior a 35 mil milhões de euros;
- A melhoria da qualificação, incentivando a formação profissional e a investigação, num contexto geral de afirmação da qualidade de emprego;
- O crescimento dos salários e das pensões e o combate às políticas de miséria;
- Resposta adequada às prioridades sociais, principalmente ao flagelo do desemprego, reforçando a protecção social;
- Medidas consequentes para a erradicação da pobreza;
- O corte das despesas desnecessárias, desperdícios e mau aproveitamento de recursos, medidas que passam: (i) pela racionalização da aquisição de bens e serviços; (ii) pela reponderação de alguns dos aspectos dos grandes investimentos públicos; (iii) pela eliminação de desperdícios e gastos desnecessários ao nível de muitos Serviços do Estado; (iv) pelo aproveitamento das sinergias existentes, promovendo a participação efectiva dos trabalhadores da Administração Pública (v) pela utilização do rigor e de regras de transparência na gestão de recursos públicos; (vi) pelo fim das parcerias dos serviços público – privados e renegociação das existentes, visando transparência, rigor e exigências aos capitais privados; (vii) pelo fim das derrapagens de custos em obras e projectos e (viii) pela moralização da vida pública e da governação;

- O aumento das receitas do Estado, sem penalizar a larga maioria da população, introduzindo maior justiça fiscal, protegendo o ambiente e combatendo as desigualdades; (i) fazer pagar quem não paga deverá ser a primeira exigência de uma política fiscal mais justa, em vez de agravar generalizadamente o IRS de quem já paga; (ii) desenvolver um combate sério à fraude e à evasão fiscais, aumentando, assim, as receitas e financiando uma parte importante da despesa social;
- A implementação de medidas fiscais dirigidas a empresas e a grupos sociais com maior poder económico: (i) aumentando o IRC para empresas com volumes de facturação mais elevados; (ii) criando uma taxa de tributação especial sobre os valores das transacções em bolsa e uma taxa adicional de IVA sobre produtos considerados de luxo; (iii) diferenciando a taxa de IMI, sendo mais elevada para a aquisição de imóveis de luxo; (iv) tributando pela taxa de 50%, em IRS, os prémios extraordinários dos gestores e dirigentes públicos e privados.

Reforçar o trabalho de organização e a acção reivindicativa

Portugal não pode ser um país condenado à estagnação. É possível, com os trabalhadores, desenvolver políticas mobilizadoras das capacidades dos portugueses e das portuguesas, responder à crise, encontrar caminhos alternativos que privilegiem o desenvolvimento da sociedade. A CGTP-IN dá o seu contributo, apresentando propostas e organizando e mobilizando os trabalhadores e trabalhadoras.

A implementação do Plano Integrado da Acção Reivindicativa, com o reforço da Organização Sindical nos locais de trabalho, exige um forte compromisso de todos os dirigentes e delegados sindicais na discussão, na decisão colectiva e na acção para:

- (i) Ampliar a capacidade reivindicativa, responder aos bloqueios patronais na negociação colectiva e aos problemas concretos dos trabalhadores nos locais de trabalho;
- (ii) Defender e lutar pela melhoria dos conteúdos das convenções colectivas, revitalizando a negociação colectiva;
- (iii) Combater a precariedade por todos os meios possíveis e gerar processos de acção e luta solidárias entre todos os trabalhadores de uma mesma empresa ou serviço;
- (iv) Intervir mais e melhor, com presença regular, nas empresas e nos serviços dos sectores privado e público, com informação oportuna e esclarecimento objectivo sobre os problemas com que os trabalhadores se deparam;
- (v) Aumentar a participação dos trabalhadores na discussão dos problemas, na elaboração de propostas e no desenvolvimento e concretização dos processos reivindicativos;
- (vi) Aumentar a sindicalização e o número de delegados e delegadas sindicais e fomentar a eleição de representantes dos trabalhadores para a S.S.T.

Reforçar o esclarecimento e a mobilização, intensificar a luta em Abril

Há que dar um forte impulso ao esclarecimento e ao envolvimento de todos os activistas, de forma a aumentarmos o trabalho de base e a garantirmos a mobilização dos trabalhadores para as acções e lutas que decorrerão em Abril – greves sectoriais e de empresa e acções de massas ao nível regional, nomeadamente:

- 12 de Abril - Aveiro, Coimbra e Guarda;
- 13 de Abril - Bragança, Vila Real e Viseu;
- 14 de Abril - Braga e Viana do Castelo; Greve dos TST;
- 15 de Abril - Beja, Évora e Portalegre;
- 16 de Abril - Setúbal, Castelo Branco e Faro;
- 19 de Abril - Leiria e Santarém;
- 19 a 22 de Abril - Greve dos Trabalhadores da Petrolgal e Gás de Portugal;
- 20 de Abril - Lisboa e Porto;
- 20 de Abril - Concentração dos trabalhadores da Proudmoments, junto do Ministério da Economia;
- 23 a 30 Abril - Greve dos mineiros da Panasqueira (2 h/dia);
- 27 de Abril - Greves no sector dos transportes e comunicações
 - TST (24h)
 - Sector de transportes pesados de passageiros (24h)
 - Rodoviária da Beira Litoral (24h)
 - Rodoviária da D'Entre o Douro e Minho (24h)
 - Carris (24h)
 - CP (24h)
 - Refer (24h)
 - CP Carga (24h)
 - EMEF (24h)
 - Fertagus (24h)
 - Metro do Porto (24h)
 - ViaPorto (24h)
 - Soflusa (3 horas por turno)
 - Transtejo (3 horas por turno)
 - Atlantic Ferries (3 horas por turno)
 - STCP (24 h)
 - CTT (24 h)

Realizar, em todo o país, um grande 1º de Maio

O trabalho que concretizarmos durante o mês de Abril, uma forte participação nas Manifestações do 36º aniversário do 25 de Abril e a dimensão e força do 1º de Maio, constituirão uma base decisiva para reforçar o movimento sindical e, acima de tudo, para impulsionar um percurso de intervenção e luta sindical que tem de ser ascendente e cada vez mais de todos os que são vítimas das políticas e práticas patronais que vêm sendo seguidas.

Um grande 1º de Maio em todo o país será um grande contributo para conseguirmos defender os direitos e interesses dos trabalhadores, combater as políticas de direita e forçar mudanças de rumo e políticas alternativas, que assegurem o desenvolvimento do país e o progresso social.

Vamos envolver as organizações de base na preparação desta acção, programando o maior número de plenários e contactos com os trabalhadores nos sectores privado e público, discutindo os seus problemas, apresentando propostas com vista à negociação colectiva e à intervenção nos mais diversos aspectos e exigindo respostas positivas às entidades patronais.

Vamos preparar, com empenho, de forma organizada, a mobilização e a convocação, com apelos objectivos e directos, dos trabalhadores de cada empresa ou serviço, para se manifestarem e lutarem no 1º de Maio.

Vamos fazer do 1.º de Maio um grande dia de luta nacional.

O PLENÁRIO NACIONAL DE SINDICATOS

Lisboa, 8 de Abril de 2010